BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS - Julho-Agosto-Setembro de 2008 - ISSN 2175-9103 40

8

Boletim Número 40
Data: Julho-Agosto-Setembro /2008

EDITORIAL

O quadragésimo número do periódico trimestral do Programa de Estudos de América Latina e Caribe chega ao público trazendo em destaque uma resenha sobre a Coletânea que o PROEALC lançou no final de 2007: Direitos Humanos- violência e pobreza na América Latina Contemporânea, organizada pela Profa. Dra. Silene de Moraes Freire, coordenadora do Programa de Estudos de América Latina do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Esse livro é fruto direto do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: DIREITOS HUMANOS, VIOLÊNCIA E POBREZA: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, realizado no ano de 2006. Os artigos reunidos nesta coletânea foram apresentados nas conferências, palestras e grupos de trabalhos realizados durante o evento e conta com um conjunto de autores de expressiva notoriedade no debate sobre direitos humanos na América Latina.

Dentre as matérias que compõem a presente edição, o leitor encontrará diferentes matérias, tais como o excelente artigo de István Mészáros "O desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda", onde o marxista observa que em nosso tempo nenhuma parte da força de trabalho pode considerar-se imune à desumanizante dureza do desemprego e da precarização gerada pelas transformações econômicas, sociais e políticas regressivas das últimas décadas. As mesmas, lembra o autor, provocaram um processo de fragmentação e exploração social assustador. Também neste número apresentamos a matéria: Obama Tocqueville e a ilusão americana, do sociólogo Francisco de Oliveira, trazendo a discussão em torno da possibilidade da eleição do primeiro negro à Presidência dos EUA.

Dentre as matérias e informações que compõem esta edição, também destacamos os comentários sobre o filme "Cronicamente Inviável", de Bérgio Bianchi, realizado por Andréia de Souza de Carvalho abordando o esfacelamento das relações sociais, ou seja, demonstrando as várias formas em que se manifestam no país, primeiro através das próprias diferenças regionais, e depois pela dificuldade do reconhecimento do outro enquanto classe social explorada. Por fim, a cronologia comentada pelos bolsistas pesquisadores do PROEALC sobre os principais fatos ocorridos na mídia impressa e *web* acerca das temáticas relacionadas aos processos políticos latino-americanos.

Desejamos a todos uma boa leitura!
Profa. Silene de Moraes Freire
Talita Freire Moreira Anacleto

DESTAQUE (Coletânea)

Direitos Humanos: violência e pobreza na América Latina Contemporânea

(Human Rights: violence and poverty in Contemporary Latin America)

Aline Silveira de Assis*

FREIRE, Silene de Moraes (Org.). Direitos Humanos: violência e pobreza na América Latina Contemporânea. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2007. UERJ).

O livro que ora chega ao público reflete a preocupação da Extensão com os direitos humanos e reúne artigos que foram apresentados no âmbito do "I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina Contemporânea hoje", realizado pelo Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC), do Centro de Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CCS/ UERJ), lócus da extensão nas Ciências Sociais.

O tema não poderia ser mais oportuno. É uma brilhante iniciativa que mostra a preocupação com os Direitos Humanos em um contexto tão adverso de deterioração da esfera pública e desresponsabilização do Estado na garantia dos direitos humanos. No contexto da globalização hegemonizada pelo capital financeiro, sociedades periféricas, como a brasileira, com uma herança histórica de violações de direitos humanos, arbitrariedades e injustiça social, aprofundam o contexto de desigualdade e da cidadania diferenciada, vale dizer, esta agora restrita ao âmbito do consumo.

Os processos de democratização formal destas sociedades não são suficientes para mudar o quadro de violência que historicamente faz parte do cenário sociocultural, e que atinge principalmente os segmentos subalternos, categorizados como "populações de risco", propensos a serem banalizados em uma sociedade cada vez mais individualista, desigual e excludente. Como conseqüência do desmantelamento do Estado, há uma ausência de políticas públicas voltadas para a infância e juventude brasileiras, e sim um grande investimento para combater a violência, que resulta num processo de disciplinamento e extermínio desta juventude, revelando um verdadeiro "infanticídio".

Na verdade, as políticas desenvolvidas neste campo refletem uma combinação desta repressão com o assistencialismo presente em certos programas e projetos destinados a esta população. Não é casual afirmar que o discurso contra o crime e da repressão como instrumento para seu combate vem sendo muitas vezes estimulado, inclusive nos meios de comunicação e, conseqüentemente, naturalizado pela sociedade brasileira nos últimos anos. Assim sendo, destaca-se uma preocupação especial com o destino de crianças e adolescentes na América Latina, as quais vêm sendo as principais vítimas desse processo de crescente criminalização da pobreza. Mas o pessimismo que deveria orientar tais constatações não foi maior que o otimismo que levou o PROEALC a realizar este seminário e a produzir esta publicação, cuja relevância se sustenta na contribuição oferecida a todos os que pensam e defendem os direitos humanos em uma região tão desigual como a América Latina.

Neste sentido, a coletânea reúne especialistas de diversas áreas que trouxeram dados objetivos e abordagens esclarecedoras, muitas das quais francamente polêmicas. O leitor encontrará nestas páginas reflexões referentes às questões da infância, adolescência, juventude, violência, pobreza e direitos humanos, mostrando como os impactos e desafios das persistentes desigualdades na América Latina e as diferentes formas de enfrentamento ameaçam cada vez mais as gerações futuras da região, revelando, inclusive, a relação que a mídia tem no obscurecimento da violência contra crianças e adolescentes e na naturalização da criminalização. Entretanto, o debate travado no livro propõe, dentro de uma perspectiva transformadora, políticas a partir das quais é possível garantir os direitos da infância e da juventude. Sendo o PROEALC um Programa de Extensão, esta iniciativa é mais que um trabalho acadêmico, ela revela o compromisso do Programa com o resgate da universidade pública, cujas atividades devem ser destinadas à produção de conhecimento, o qual por sua vez deve ser socializado à população, atendendo aos interesses das classes subalternas em direção à emancipação humana. E isto vai na contramão das perspectivas "mercantilizadoras" presentes na universidade.

Certamente, pela sua riqueza e rigor teórico, esta produção será referência para a efetivação dos direitos humanos na sociedade contemporânea, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. O livro, composto por 18 artigos, passa a ser leitura obrigatória aos que se preocupam com a efetivação dos direitos humanos no século XXI. Ampliando o leque de temas relacionados a essa questão, a publicação traz ao público questões como: a política de cotas nas universidades públicas brasileiras, que a princípio o leitor não associa à questão dos direitos humanos, mas cuja compreensão é de suma importância na luta pela afirmação dos mesmos; o significado da esfera pública para a democracia; políticas públicas e efetivação dos direitos humanos; a política de segurança pública e o sistema penitenciário; a invisibilidade do abandono de crianças e adolescentes no Brasil; dentre outros, evidenciando a profunda relação das mesmas com os direitos humanos.

Em resumo, a coletânea em foco demonstra o vigor dos Programas de Extensão das Universidades Públicas latino-americanas no processo de resistência contra a banalização e o aviltamento dos direitos humanos na atualidade.

Resgatando, desse modo, o compromisso da Extensão com a realidade em que se insere. Ou como evidencia FREIRE na apresentação: “a relevância dessa publicação não se resume à reconhecida qualificação de seus autores. Acima de tudo, ela se sustenta na contribuição que oferece a todos aqueles que se dispõem a pensar a defesa dos direitos humanos opondo-se aos rumos de sua negação, impostos pela agenda neoliberal” (p. 9).

*Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG/FSS/UERJ) e Bolsista de Apoio Técnico-Científico do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC/CCS/

Fonte: ASSIS, A. S. Direitos Humanos: violência e pobreza na América Latina Contemporânea. In: Extensão em Foco, Curitiba, n. 1, Editora UFPR, 2008. p. 127-128.

Em Foco I

Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda

István Mészáros*

Escolhi este assunto para a nossa discussão por duas razões principais. Primeiro, porque a questão afecta todas as cambiantes da esquerda. Pois no nosso tempo nenhuma secção da força de trabalho pode considerar-se imune à desumanizante dureza do desemprego e da precarização. De facto "eventualização" ("casualisation") é mais apropriadamente chamada em algumas línguas de "precarização" ("precarisation") , embora em geral seja tendenciosamente mal representada como "emprego flexível" desejável. Uns poucos meses atrás uns 25 mil empregados do Wesminster Bank tiveram de enfrentar a perspectiva do desemprego (redundancy) ; hoje os trabalhadores da empresa automobilística Rover - uma parte da bancarrota da orgulhosa corporação transnacional BMW - são lançados aos lobos da insegurança total. A questão não é se o desemprego ou a "precarização flexível" vai ameaçar as pessoas ainda empregadas mas sim quando elas irão partilhar as agruras da precarização forçada. A segunda razão principal para nos preocuparmos com esta questão é porque ela representa um inultrapassável problema estrutural para o capital. Assim, é impensável que a esquerda possa desenvolver uma estratégia viável para o futuro sem dar um lugar central à questão vital do desemprego e da precarização.Tenciono hoje considerar três aspectos principais daquilo que está em jogo.

1- A "globalização" do desemprego e da precarização, afectando mesmo as partes do mundo capitalisticamente mais desenvolvidas.

2- O mito da "flexibilidade" com o qual a pílula amarga é coberta de açúcar. Pois do que estamos a falar é de facto a grave tendência socioeconómica da equalização descendente (downward equalisation) da taxa de exploração diferencial.

3- A única solução factível para os problemas que enfrentamos é abandonar as trocas socioeconómicas reguladas pela submissão à tirania do "tempo de trabalho necessário" (também chamado "trabalho necessário") para a emancipação através do "tempo disponível" como a alternativa positiva ao modo de reprodução social metabólica do capital.
Como ponto de partida, podemos considerar a questão da redução da semana de trabalho para 35 horas a qual, não por acaso, veio a apresentar-se nos últimos tempos

Parte I — A "globalização" do desemprego

Socialistas em vários países europeus - assim como na América do Norte e do Sul - estão a combater pelo objectivo de reduzir o tempo de trabalho para 35 horas por semana sem perda de pagamento. Esta importante reivindicação estratégica não está de forma alguma livre de dificuldades. Pois ela destaca tanto os prementes problemas do desemprego por todo o mundo como as contradições do sistema socioeconómico que, por sua própria perversa necessidade, impõe a incontáveis milhões as dificuldades e os sofrimentos que decorrem do desemprego. Assim, o combate pelas "35 horas de trabalho" não pode ser uma reivindicação sindicalista tradicional, confinada aos mecanismos há muito estabelecidos das negociações salariais. Ao contrário, tem de estar plenamente consciente não só da magnitude da tarefa e das implicações a longo prazo das questões em causa e também da inevitável resistência tenaz da ordem socio-económica, a qual deve seguir os seus próprios imperativos a fim de anular qualquer concessão que possa ser feita na esfera legal/política sob condições temporariamente favoráveis aos sindicatos e aos seus representantes políticos à esquerda.

Compreensivelmente, portanto, na Itália por exemplo, o partido da Rifondazione no seu modo de levantar o problema simultaneamente sublinha a preocupação com o aumento do emprego e da melhoria das condições de vida ("per l'occupazione & per migliorare la vita") e a necessidade de mudar a sociedade ("per cambiare la società") a fim de assegurar o objectivo desejado de abreviar o tempo de trabalho numa base viável. Pois o êxito final neste assunto só é factível através de uma troca sustentada - uma reciprocidade dialéctica - entre o combate pelo objectivo imediato do tempo de trabalho reduzido significativamente e a progressiva transformação da ordem social estabelecida, a qual não pode contribuir para resistir e anular tais reivindicações. Aqueles que negam a legitimidade destas reivindicações, exaltando em alternativa as virtudes do seu querido sistema, continuam a idealizar o modelo americano para resolver o problema do desemprego bem como todos os males sociais inseparáveis do mesmo. Ainda assim, um exame rápido do estado real dos negócios revela que as confortáveis idealizações dos EUA pertencem ao reino da fantasia.

Parte II — O mito da "flexibilidade": equalização declinante da taxa de exploração diferencial

Paradoxalmente, a crise global da acumulação de capital na era da globalização avançada cria algumas grandes dificuldades novas, ao invés de resolver aquelas há muito contestadas iniquidades do sistema, como os "optimistas" porta-vozes da "globalização" não problemática querem fazer-nos acreditar. Pois as margens viabilidade produtiva do capital estão a diminuir (daí o impulso para a mais-valia absoluta), apesar de todos os esforços dos Estados capitalistas - individualmente ou em conjunto, como nos encontros do G7/G8 - para expandir, ou pelo menos manter firmes, as margens produtivas do sistema. Na realidade só pode haver um caminho para tentar alargar as margens contraídas da acumulação de capital: a expensas do trabalho. Isto é uma estratégia promovida activamente pelo Estado - na verdade, devido a esta necessidade, o papel intervencionista do Estado nunca foi tão grande [28] como neste nosso tempo, apesar de toda a mitologia neoliberal em contrário - e a estratégia é objectivamente apoiada no nosso tempo pela tendência para a equalização declinante da taxa de exploração diferencial. No fim, contudo, a estratégia agora perseguida está votada ao fracasso, desde que o movimento dos trabalhadores tenha êxito em rearticular radicalmente suas próprias estratégias e formas de organização, orientando-as rumo à criação de um movimento de massas genuíno, a fim de fazer face ao desafio histórico. Pois nem mesmo os teóricos mais "optimistas" do FMI e dos outros generosamente financiados órgãos de apologia do capital conseguiram até agora inventar, nem é provável que o consigam no futuro, um dispositivo pelo qual seria possível espremer para fora o exigido poder de compra sempre crescente e a correspondente acumulação de capital das cada vez piores condições económicas e dos "pacotes de salários precarizados" da força de trabalho.

Parte III — Da tirania do "tempo de trabalho necessário" à emancipação através do "tempo disponível"

A novidade radical do nosso tempo é que o sistema do capital já não está em posição de conceder ao trabalho seja o que for, em contraste com as aquisições reformistas do passado. A acomodação deprimente, e mesmo a capitulação total, de alguns dos antigos partidos da classe trabalhadora às exigências dos interesses dos grandes negócios - como na Grã-Bretanha e em vários países europeus, mas de modo nenhum apenas na Europa -, uma capitulação que chega não só a manter a autoritária legislação anti-trabalhista das últimas poucas décadas como também a dar postos ministeriais chave nos governos do "New Labour", da "Esquerda Democrática" italiana e alhures a proeminentes representantes do capital corporativo, fala inequivocamente acerca desta postura. (Lord Simon, Lord Sainsbury, Geoffrey Robinson, etc na Grã-Bretanha e figuras

semelhantes na Alemanha, França e Itália). Eis porque no actual período histórico mesmo os objectivos limitados e modestos do trabalho - como a semana de 35 horas - só podem ser realizados através da "mudança de sociedade", uma vez que objectivamente contestam a ordem socio-económica e política estabelecidas (por outras palavras: todo o sistema de tomada de decisão) sob a qual "o bolo económico do país" é produzido e distribuído. Nas condições da crise estrutural do capital esta é a natureza objectivamente inevitável da contestação socio-económica, mesmo que no momento muitos representantes do trabalho não conceptualizem ou articulem isto nestes termos. E esta é também a razão porque o reformismo liberal e social-democrata, o qual em outros tempos tinha um poderoso aliado no dinamismo expansionário do capital, está agora condenado à futilidade das pregações piedosas - desde os sermões do professor John Kenneth Galbraith acerca da "Cultura do contentamento" (rapidamente reflectidos, sem os mais ligeiros efeitos curativos, por Bispos e Arcebispos na Igreja da Inglaterra) à noção do "trabalho e governo inspirados pela economia global com uma face humana" citada atrás. Uma pregação que as personificações do capital provavelmente não podem ouvir.

A exigência de uma redução significativa da semana de trabalho tem uma importância estratégica fundamental. Não só porque a questão subjacente afecta profundamente e portanto preocupa directamente cada trabalhador, manual e intelectual afim, qualquer que seja a cor dos seus colarinhos. Igualmente porque a questão do enfrentamento deste desafio não está a desvanecer-se. Ao contrário, cresce em importância a cada dia que passa, e o imperativo de fazer algo significativo em relação a isto não pode ser decretado como inexistente pelas personificações parlamentares do capital nos países capitalistas avançados, nem na verdade reprimidos pelas forças nuas na "periferia" da ordem global do capital. Por outras palavras, trata-se de uma exigência estratégica vital para o trabalho porque ela é "não negociável": isto é, não pode ser integrada nas pseudo-concessões manipuladas da ordem existente. Pois refere-se directamente à questão do controle - um sistema alternativo de controle social metabólico - ao qual o capital opõe-se frontalmente.

Naturalmente, as 35 horas de trabalho semanal - mesmo que pudessem ser genuinamente concedidas e não anuladas tortuosamente de muitas maneiras, como é cinicamente planeado ou já praticado - não poderiam resolver o monumental e sempre crescente, bem como socio-economicamente grave, problema do desemprego. Assim, a questão que legitimamente se levanta é: porque 35 e não 25 ou 20 horas por semana, que faria uma maior diferença em relação a isso? Esta é a questão que nos transporta ao coração do assunto.

As incompatibilidades radicais entre a ordem social existente e uma na qual seres humanos estejam no controle da sua actividade vital, incluindo o seu "tempo livre", a ser posto livre por uma redução significativa da semana de trabalho, foi gráfica e penosamente ilustrado na Grã-Bretanha através da destruição da indústria mineira. Em 1984 os mineiros de carvão travaram uma luta heróica, não por dinheiro mas em defesa do seus empregos: uma longa greve de um ano que foi derrotada através dos esforços combinados do governo da sra. Thatcher - a qual chamou os mineiros de "o inimigo interno" - e o Partido Trabalhista de Neal Kinnock o qual apunhalou-os pelas costas. Como resultado, a força de trabalho dos mineiros, que na época era de mais de 150 mil, foi dizimada, caindo para o número actual de menos de 10 mil, e as cidades e aldeias de muitas comunidades mineiras foram transformadas num deserto de desemprego desumanisado. No tempo da greve dos mineiros as minas de carvão estavam ainda "nacionalizadas", o que significa que eram administradas com os mais brutais critérios capitalistas de "eficiência" de controle autoritário pelo National Coal Board, tornando-se em seguida "privatizadas" numa fracção da sua dimensão original. O que foi altamente característico do modo como o Coal Board tratava do problema da "maior eficiência", enquanto falava acerca da absoluta necessidade de "racionalizar" as exigências do trabalho na indústria do carvão, foi o facto de que Board dirigido pelo Estado impôs aos mineiros uma quase insano cronograma de sete dias de trabalho ao mesmo tempo em que cortava de forma selvagem a força de trabalho sob o seu controle. Pois o capital é absolutamente incapaz de considerações humanas. Ele conhece só uma maneira de administrar o tempo de trabalho: pela maximização da exploração do "tempo de trabalho necessário" da força de trabalho empregada, ignorando totalmente o "tempo descartável" disponível na sociedade de forma geral, pois não pode extrair lucro do mesmo.

Isto é o que impõe limites inultrapassáveis ao capital no seu modo de tratar o problema do desemprego. Há algo paradoxal, na verdade profundamente contraditório em relação a isto. Pois o sistema produtivo do capital de facto cria "tempo supérfluo" na sociedade como um todo, numa escala cada vez maior. Ainda assim ele não pode concebivelmente reconhecer a existência de juro (i.e., a legitimidade) deste tempo excedente socialmente produzido como o potencialmente mais criativo tempo descartável que todos nós temos, o qual poderia ser utilizado na nossa sociedade para a satisfação de muitas das necessidades humanas que agora são cruelmente negadas, desde exigências de educação e serviços de saúde até à eliminação da fome e

desnutrição em todo o mundo. Ao contrário, o capital deve assumir uma atitude negativa/destrutiva/desumanisante em relação a isto. Na verdade, o capital deve ser rigidamente indiferente ao facto de que o conceito de "trabalho supérfluo", com o seu "tempo supérfluo", refere-se na realidade a seres humanos vivos e possuidores de capacidades produtivas socialmente utilizáveis - ainda que capitalisticamente redundantes ou inaplicáveis.

*Professor Emérito de Filosofia e Teoria Política da Universidade de Sussex, Reino Unido, e autor de Beyond Capital; Marxist Theory of Alienation; Works of Sartre; Search for Freedom; Philosophy, Ideology and Social Science; The Power of Ideology .

Veja o texto completo:
Fonte: http://www.socialismo.org.br/portal/questoes-ideologicas/83-artigo/397-desemprego-e-precarizacao-um-grande-desafio-para-a-esquerda

Em Foco II

OBAMA, TOCQUEVILLE E A ILUSÃO AMERICANA

Francisco de Oliveira*

Obama, com seu terninho correto que faz par com o tailleur de Hillary Clinton, é tão parecido com sua rival quanto o PT com o PSDB

TOCQUEVILLE ESTÁ entre os mais reputados teóricos da democracia, e seu livro clássico sobre a democracia na América em nada se parece com os tratados enfadonhos e formais sobre a forma de governo inventada pelo gregos da época clássica. Trata-se de investigação sobre os fundamentos, eu diria, sociológicos, da democracia nos EUA; nosso Sérgio Buarque de Holanda fez, com o também clássico “Raízes do Brasil”, a explicação de por que a forma democrática é quase inviável em Pindorama.

Mais de um século depois, o belicista Churchill cunhou outro paradoxo, plagiando Tocqueville: a democracia é o pior de todos os regimes, salvo todos os outros. O velho leão britânico somente aprenderia a não incentivar guerras coloniais -”remember” a Guerra dos Bôeres- depois que o nazismo ameaçou liquidar a velha Albion e submeter o mundo ocidental a uma nova idade das trevas.

Barack Obama, parece, será o indicado pelos democratas para a disputa da Casa Branca, desbancando a chata da Hillary, coisa que talvez se defina logo no próximo dia 4. Para os leitores de Tocqueville, talvez sua eleição à mansão sem estilo da avenida Pensilvânia pareça realizar os prognósticos do nobre francês. Mas aqui entra o famoso paradoxo de Tocqueville, segundo o qual a ampla democratização torna banal a participação dos cidadãos e desinteressante a democracia.

O forte absenteísmo dos próprios norte-americanos às suas eleições presidenciais confirmaria o pessimismo tocquevilleano. Em termos schmittianos, a democracia de massas é não-agônica, onde não se decide nada. Não falta ao paradoxo de Tocqueville, como é óbvio, um certo desdém aristocrático, que o autor francês disfarça todo o tempo.

Uma crítica de direita se alinharia apressadamente ao paradoxo, desqualificando imediatamente a eleição do primeiro negro à Presidência dos EUA. Uma crítica pela esquerda vê o problema de outro ângulo: o paradoxo de Tocqueville não decorre da banalização da democracia pelo predomínio das massas, mas é um produto da colonização da política pela economia. Em outras palavras, o capitalismo, em sua fase globalitária, torna inútil a política e irrelevante a participação dos cidadãos. Nos EUA, é certo que decisões como a invasão do Iraque foram até mesmo planejadas no Salão Oval, mas antes o celerado Bush filho teve que pedir permissão a Alan Greenspan, o ex-todo-poderoso presidente do Fed; aliás, esse senhor atravessou os dois mandatos de Clinton e entrou pelo mandato de Bush adentro, somente renunciando um ano e meio atrás, e os norte-

americanos nunca votaram nele para coisa alguma. E o Senado norte-americano, que ratifica as indicações presidenciais, faz-lhe uma argüição que é tão contestadora quanto os programas de Silvio Santos. Isso é a colonização da política pela economia.

Entre nós, mesmo a própria democratização brasileira, de que o PT foi co-autor importante, é hoje irrelevante: em lugar da transformação prometida pelos longos anos da "invenção democrática", o PT e Lula transformaram-se em fiadores do capitalismo globalitário no Brasil.

Vejam-se, como já se salientou aqui mesmo nesta Folha, os lucros do sistema bancário brasileiro e o tratamento do social: meros R$ 8 bilhões para o Bolsa Família, o ai-jesus de Lula e do lulo-petismo, e R$ 160 bilhões de juros da dívida pública interna. Ou em 2007, os R$ 20 bilhões do lucro dos quatro maiores bancos contra os R$ 21 bilhões de todo o Orçamento social de Lula (incluindo-se seguridade social, Bolsa Família et al).

Tomara que Obama desminta o paradoxo de Tocqueville; tomara que suspenda imediatamente o odioso embargo contra Cuba, aproveitando inclusive a oportunidade da retirada de Fidel da linha de frente do governo cubano; tomara que retire as tropas do Iraque, terminando de vez com esse desastre anunciado; tomara que retome a linha de um Jimmy Carter, não apoiando as ditaduras e o descarado intervencionismo gringo; tomara que inaugure uma linha próxima do New Deal rooseveltiano e detenha o empobrecimento das classes populares norteamericanas e a crescente desigualdade; tomara que um desastre como o Katrina não possa outra vez expor a olho nu a produção desapiedada da pobreza, escondida no charme da outrora francesa Nova Orleans. Tomara. Mas que é improvável, é. Ele é tão parecido com a Hillary, com seu terninho correto que faz par com o tailleur da ex-primeira-dama, quanto o PT com o PSDB. Tocqueville ri na tumba?

*Professor titular aposentado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Fonte: Folha de São Paulo, 22 de Fevereiro de 2008

Espaço Aberto

Consideração sobre o filme: "Cronicamente Inviável", de Bérgio Bianchi de 2000

Sinopse: O filme mostra trechos das histórias de 6 personagens, mostrando a dificuldade de sobrevivência mental e física em meio ao caos da sociedade brasileira, que atinge a todos independentemente da posição social ou da postura assumida.

Andréia de Souza de Carvalho*

Após ver o filme, li um texto em que Michel Löwy escreveu que "o termo 'barbárie' tem, segundo o dicionário, dois significados distintos, mas ligados: 'falta de civilização' e 'crueldade do bárbaro'. A história do século XX nos obriga a dissociar essas duas concepções e refletir sobre o conceito _ de 'barbárie civilizada'. Marx, já em 1847, escreveu "A barbárie reapareceu, mas desta vez ela é engendrada no próprio seio da civilização e é parte integrante dela. É a barbárie leprosa, a barbárie como lepra da civilização"

No livro de Kafka, 'A metamorfose', o homem ao se transformar repentinamente em uma barata, inicialmente conta com o apoio da família, esperando que tal situação seja provisória, até o momento em que tal questão persiste, e se torna crônica e aparentemente irreversível... ou seja, para os humanos que o cercam torna-se inviável a convivência com o não-humano, e a barata é jogada fora de casa a vassouradas... Foi esta a impressão que tive ao ver o início do filme, que demonstra com acidez, como a pobreza desumaniza... A cena

em que o garçom alimenta o cachorro, afugentando os moradores de rua é central para compreendermos o horror/nojo que a pobreza causa, quando é mostrada em toda sua escandalosa realidade.

A gravação foi feita em 2000, num contexto de crescente individualismo próprio da incursão da lógica de mercado em todos os aspectos da vida social brasileira. Esse esfacelamento é apreendido pelo filme, e demonstrado pelas várias formas em que esses particularismos se manifestam no país, primeiro através das próprias diferenças regionais, e depois pela dificuldade do reconhecimento do outro enquanto classe social explorada. A empregada que sonha em ser patroa; a sem-terra branca que não aceita ser chamada de escrava e comparada ao negro; a descendente indígena (com um passado de escravidão infantil) que ascendeu socialmente e passa a condição de representante do patrão; os entrevistados do programa que desconsideram um livro crítico enfocando aspectos individualizados de seus grupamentos sociais; todos esses exemplos demonstram a inviabilidade da construção de um projeto coletivo dentro dessa lógica, em que o individualismo é a regra.

O filme só reforça como é central a discussão sobre Gramsci, quando o mesmo aponta elementos para que analisemos o principal dilema da contemporaneidade, ou seja, a necessidade de um esforço para que essas lutas cotidianas não se restrinjam a reformas pontuais, destacadas de um projeto totalizador. Já que as demandas pontuais, mesmo ao exigir questões legítimas, podem facilmente hipertrofiarem-se e despolitizarem o momento vivido, em prol de uma ação burocratizante e clientelista, como aconteceu com as organizações não governamentais, muitas gestadas no interior dos próprios movimentos sociais.

O personagem que representa a consciência de classe e da exploração vivida, e que aponta aos trabalhadores da construção civil que ambos já foram “sacaneados” pelo patrão, é preso ao final. O próprio filme lembra a busca de um processo civilizatório, inspirado no modelo europeu (representado pela região sul), em que a modernidade não convive com a contestação, e, portanto criminaliza a organização autônoma dos trabalhadores e nega a existência de uma questão social. Para o cineasta no Brasil queremos ser a europeus, mas sem sindicatos, greves, anarquistas, comunistas, socialistas, e outros elementos gerados na contradição do processo político desse modelo ideal.

Outros aspectos interessantes pontuados no filme são: a mulher de classe média que sente indignação frente a miséria, e ainda que seja aparentemente sensível à miséria, não se reconhece no papel de exploradora da própria empregada; e a pobreza passada de geração para geração, reproduzindo quase que hereditariamente os membros das classes dominantes. A partir daí, o filme continua ácido. Temos um professor que analisa a questão social de maneira mais consistente, mas sem nenhum interesse de intervenção política ou social.

Quando o professor viaja para o interior do Brasil e sofre um acidente, imediatamente me lembrei da fala da Profa. Silene, quando diz que a janela virou espelho. Mas ainda que tenha vivenciado uma situação em que o mesmo sente na pele as mazelas de seu objeto de estudo, sem nenhum tipo de proteção social, a sua reação não poderia ser pior. Ou invés de passar pelo momento de “Catarse”, no sentido gramsciano, o mesmo procura uma solução individual através da venda de seus órgãos, garantindo sua possibilidade de consumo e negação da pobreza... Tal final nos dá a dimensão da impossibilidade de qualquer solução para esse estado de coisas dentro do *status quo.*

E por fim, o filme me lembrou uma palavra de ordem de Rosa Luxemburgo, de 1915, mas cuja atualidade é inegável, “ou o socialismo ou a barbárie”. Só nos resta saber como chegar até ele com cada um puxando para um lado diferente...

* Mestre em História pela UERJ, doutoranda do PPG da FSS da UERJ e Técnico Administrativo do Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC

Cronologia comentada: linha de pesquisa Processos Políticos na América Latina Contemporânea (Primeiro semestre de 2008)

Dinah da Silva*
Glaucia Almeida dos Santos*
Merilaine de Oliveira*

*Rafael Oliveira dos Santos**
*Thaiane Barbosa**

Janeiro

Durante o mês de Janeiro de 2008, encontramos na mídia impressa e web listada anteriormente, um quantitativo muito pequeno de notícias acerca das temáticas relacionadas à América Latina no que tange os processos políticos. Foram encontradas 12 notícias acerca dos processos políticos. Os países citados pelas fontes foram: Colômbia, Venezuela, Brasil, Panamá e Equador. Destacam-se nas matérias jornalísticas os seguintes países:

Brasil: O MST publicou as análises do movimento do ano de 2007 e perspectivas da luta pela reforma agrária em 2008. Destaca-se que as reflexões contidas neste documento trazem a intensificação ao combate às multinacionais e pela soberania alimentar. No plano institucional, o Brasil assumiu o G-20 que reúne os presidentes de Banco Central em vários países de economia emergente e define os rumos na política econômica dos mesmos.

Colômbia: O conflito gerado pelas FARC, ELN com o governo Uribe por questões referentes a seqüestros e a "narcoguerrilha" teve bastante espaço nas mídias. Há uma clara tentativa de convencimento que esses movimentos sociais estão em franco declínio por conta da ação do governo no combate aos mesmos.

Equador: O presidente Correa reafirma a um grupo de estudantes universitários em palestra a construção de uma economia equatoriana capaz de combater o desemprego e acabar com a desigualdade social.

Panamá: Diferente do ano de 2007, o Panamá teve uma matéria relacionada a este país. A matéria denuncia casos de corrupção no governo Torrijos que por sua vez declara que combate a mesma.

Venezuela: O referendo constitucional venezuelano que não obteve aprovação no ano de 2007 ainda é objeto de reflexões por parte da mídia e de intelectuais e mudanças nos gestores da aparelhagem estatal por efeito do referendo. Há também um elemento interessante de disputa contra-hegemônica por parte da Assembléia Nacional da Venezuela quando este mês deliberou apoio as FARC e a ELN por estarem, mesmo com caráter beligerante, construindo uma nova Colômbia e que certamente ajudará na construção de uma outra América Latina.

Fevereiro

O mês de fevereiro foi particularmente movimentado. No nosso grande noticiário, a maioria das matérias trataram de duas coisas ao longo do período. A sucessão de Fidel Castro por seu irmão nas eleições presidenciais cubanas e as Farc, sua presença na América Latina e particularmente a entrada em cena do presidente venezuelano Hugo Chávez como interlocutor e agente participativo na relação da guerrilha com o governo colombiano. Vale acrescentar também que houve projeção do nome de Rafael Correa, presidente do Equador, neste mesmo sentido e período.

O noticiário envolvendo a saída de Fidel Castro da presidência do país basicamente girou em torno de especulações a respeito das possibilidades da permanência da via socialista na ilha. "Especialistas" convocados pela grande imprensa insistiam a todo o tempo que sem a "sombra" de Castro, a população tomaria às ruas e acolheria o capitalismo como modo de organização de sua sociedade. Uma outra linha, mais associada à mídia alternativa ou contra-hegemônica, entendia que reformas provavelmente viriam com ou sem Fidel, pois a sociedade cubana – castigada pelo embargo econômico que o país sofre – repensava seus caminhos. Porém, neste não havia a possibilidade num retorno ao capitalismo. E sim uma reafirmação ao socialismo como princípio norteador de seus passos.

Com relação às Farc, o noticiário em geral girou em torno dos mesmos termos ao associá-la indiscriminadamente, mas com um novo elemento. Uma voz dissonante com a posição dos chefes mundiais afirmava que as Farc representavam um projeto político encurralado numa guerrilha. Provavelmente esta afirmação só tomou a proporção que tomou porque foi de Hugo Chávez – que vem rendendo sempre matérias, capas e tudo o mais nos últimos meses para as grandes corporações de mídia. À Chávez somou-se Rafael Correa, presidente do Equador. Ambos então entraram no noticiário pelo mesmo filtro das Farc e logo se tornaram alvos de acusações que não só informavam a respeito de ligações e encontros com guerrilheiros das

Farc, como mantenedores e articuladores do narcotráfico existente na AL. Mas na verdade foi a Chávez, dispensada uma maior quantidade de matérias. Na polêmica o próprio governo norte-americano se manifestou afirmando o envolvimento ou as "facilitações" que o presidente venezuelano reservaria à atuação dos guerrilheiros colombianos. Chávez por sua vez respondia com ameaças "econômicas" aos EUA, afirmando que as relações comerciais entre ambos os países poderiam ser mais tensas.

Março

A maioria das noticias relevantes sobre América Latina dizem respeito à questão da crise em torno do Mercosul e da Colômbia, mais especificamente, incidentes envolvendo as Farc. A crise do Mercosul perpassa a questão política e econômica dos países envolvidos, ao que parece, determinam a representatividade dos países como Brasil e Argentina, segundo criticas do Paraguai e Uruguai. Estes dizem haver uma relação de mercado desigual, e entendem que deveria haver mais subsídios às suas economias. Esta situação traz descontentamento e desconfiança, tornando-se um, dos entraves que impossibilitam o pleno funcionamento do Mercosul.

A possibilidade de adesão da Venezuela ao bloco econômico, Mercosul, também é algo polemico. Um dos empecilhos seria o comportamento intempestivo de Hugo Chávez, que poderia ser prejudicial às relações diplomáticas com outros países, dentro e fora do bloco econômico.

A morte de Raúl Reyes, dia 1º de março, gerou uma crise diplomática, envolvendo a Colômbia, Equador e Venezuela, dificultando ainda mais as relações políticas na América Latina. Nesse ínterim, ocorrem ainda as negociações em torno da libertação dos reféns mantidos pelas Farc, sobretudo a ex-candidata à presidência da Colômbia, a franco colombiana Ingrid Betancourt.

Abril

O mês abril começa com o lançamento do satélite Simon Bolívar, satélite esse construído a pedido de dois países sul americanos (Venezuela e Uruguai) para uma empresa chinesa. Os dois países buscam com a construção do satélite, melhorias nos ramos de comunicações, previsões metereológicas e redução de custos de conexão dos usuários de banda larga.

Durante o mês de abril, Cuba foi notícia, pois, o atual governante Raúl Castro indicou novas reformas dita por ele necessária como a Reforma Agrária e a eliminação de tetos salariais e também algumas medidas como, a consolidação de sucessão em Cuba e a convocação de um novo Congresso do Partido Comunista.

Entre outras noticias sul americanas, o que marcou o mês foi mesmo a eleição paraguaia, pois depois de 61 anos de hegemonia no país o partido colorado foi derrotado em uma eleição, como era previsto nas pesquisas eleitorais o candidato de oposição ao atual governo colorado, o Ex –bispo Fernando Lugo, foi eleito quebrando esse período histórico e hegemônico paraguaio

Maio

O inicio do mês de maio foi marcado pelo conflito agrário na Argentina, onde mais uma vez os manifestantes argentinos "ruralistas" resolveram retomar as manifestações contra o Governo de Cristina Kirchner. Os protestos aconteceram por causa do aumento da taxação do imposto sobre o setor agropecuário por parte do governo Argentino, trazendo como conseqüência uma das maiores crises vivida pelo país sul americano. O partido Justicialista acredita que os manifestantes agropecuários fazem parte de um partido agrário de oposição ao atual governo, e adotam as mesmas práticas desenvolvidas pela direção agropecuária antes de golpes de Estado na Argentina, como nos anos de 1930, 1955 e 1976. A queda-de-braço entre governo e agricultores já se arrasta por mais de 70 dias, quando se programou um sistema de tarifa móvel sobre as exportações de grãos.

Dentre a questão agrária na Argentina, aparecem outros temas que foram manchete no mês de maio, como o Referendo Boliviano, que para muitos, como o recém eleito presidente Fernando Lugo, não passa de um ato inconstitucional. O referendo boliviano tinha como objetivo emancipar uma das áreas mais produtivas do país, a região de Santa Cruz, monopolizada pelas elites do país, uma vez essa vitória concretizada teríamos sem dúvida uma vitória do capital financeiro sobre o governo boliviano e ainda uma tentativa de golpe de Estado,

por parte dos fazendeiros locais para desestabilizar o governo de Evo Morales.

Junho

O mês começou com manifestações da classe média e alta da Argentina, contra o governo e em apoio ao movimento dos ruralistas, através de panelaço e buzinaço. A Colômbia e o Equador restabeleceram suas relações diplomáticas, sob a mediação do ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, após três meses suspensas por conta da incursão militar colombiana em território equatoriano, contra um acampamento das FARC.

Hugo Chávez reafirmou que a Venezuela não possui nenhum envolvimento com as FARC, pedindo ao atual líder da guerrilha, Afonso Cano, que cesse a guerrilha. O pronunciamento do presidente agradou o governo dos EUA, que acredita ser o início de uma aproximação entre os dois países.

Movimentos Sociais da Via Campesina fazem uma marcha em Goiânia exigindo que a Companhia de Energia Elétrica de Goiás faça cumprir a lei que permite o pagamento da taxa social de energia. No Equador, três colombianos e um equatoriano são presos sob a acusação de planejarem um atentado contra o presidente Rafael Correa. Autoridades acreditam que um plano semelhante pode estar sendo traçado na Venezuela.

Os líderes da América Latina se posicionaram contra a política de intolerância a imigrantes adotada pela União Européia e Evo Morales escreveu uma carta de repúdio.

O Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, apoiado pela Brigada Militar Gaúcha, inicia plano para criminalizar e dissolver o MST. Foi determinada a proibição de qualquer deslocamento de sem-terra. Acampamentos estão sendo investigados por “práticas criminosas” e as escolas dos assentamentos estão sofrendo intervenções.

Na Colômbia, o presidente Álvaro Uribe pede ao congresso que agilize o trâmite de uma consulta popular para decidir se é ou não necessário de se repetir as eleições presidenciais de 2006, onde ele foi reeleito.

*Bolsistas-pesquisadores do Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC da Linha de Pesquisa Processos Políticos na América Latina Contemporânea.

Fontes: G1, BBC Brasil, Fazendo Média, Le monde, ALAI, CMI e Brasil de Fato.

Expediente

Reitor
Profº Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profº Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitoria de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)

Coordenação de Produção
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Aline Silveira de Assis (PROEALC/CCS/UERJ)
Andréia de Souza de Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Dinah da Silva (PROEALC/CCS/UERJ)
Glaucia Almeida dos Santos (PROEALC/CCS/UERJ)
Merilaine de Oliveira (PROEALC/CCS/UERJ)
Rafael Oliveira dos Santos (PROEALC/CCS/UERJ)
Thaiane Barbosa (PROEALC/CCS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Talita Freire Moreira Anacleto (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidades dos autores